

7) Rejustificação

Pecados Veniais e Mortais

“O pecado é 'uma palavra, um ato ou um desejo contrário à lei eterna'; uma falta contra a razão, a verdade, a consciência reta; uma falta ao amor verdadeiro para com Deus e para com os homens. Fere a natureza do homem e ofende a solidariedade humana.

O pecado é ofensa a Deus... uma desobediência, uma revolta contra Deus, por vontade de tornar-se 'como deuses' (Gn 3,5); é 'amor de si mesmo até o desprezo de Deus';... é diametralmente contrário à obediência de Jesus, que realiza a salvação (Fp 2,6-9)”¹.

“Convém avaliar os pecados segundo sua gravidade. Perceptível já na Escritura (1Jo 5,16-17), a distinção entre pecado mortal e venial se impôs na tradição da Igreja. A experiência humana a corrobora.

O pecado venial deixa subsistir a caridade, embora a ofenda e fira.

O pecado mortal destrói a caridade no coração do homem por uma infração grave da lei de Deus;... exige uma **nova** iniciativa da misericórdia de Deus e uma conversão do coração, que se realiza no sacramento da Reconciliação... Para que um pecado seja *mortal* requerem-se três condições ao mesmo tempo: ter como objeto uma matéria grave, e [ser] cometido com plena consciência e deliberadamente”².

“O pecado venial deliberado e que fica sem arrependimento dispõe-nos pouco a pouco a cometer o pecado mortal. Mas o pecado venial **não quebra** a aliança com Deus. É humanamente reparável com a graça de Deus... A misericórdia de Deus não tem limites, mas quem se recusa deliberadamente a acolher a misericórdia de Deus pelo arrependimento **rejeita** o perdão de seus pecados e a salvação oferecida pelo Espírito Santo. Tal **endurecimento** pode levar à impenitência final e à perdição eterna”³.

“O pecado cria uma propensão ao pecado; gera o vício pela repetição dos mesmos atos... Assim, o pecado tende a reproduzir-se e reforçar-se, mas não consegue destruir o senso moral até a raiz.

Os vícios podem ser classificados segundo as virtudes que contrariam, ou ainda ligados aos **pecados capitais** [assim chamados porque geram outros pecados, outros vícios]...: o orgulho, a avareza, a inveja, a ira, a impureza, a gula, a preguiça ou acídia”⁴.

Bíblia: Todo Pecado é Mortal

¹ CIC 1849-1850, citando Agostinho: Contra Faustum manichaeum 42,418; e De civitate Dei 14,28.

² CIC 1854-1857.

³ CIC 1863-1864.

⁴ CIC 1865-1866, com referências a João Cassiano e [papa] Gregório Magno.

Sacramento da Penitência

“Aqueles que se aproximam do sacramento da Penitência obtêm da misericórdia divina o perdão da ofensa feita a Deus e ao mesmo tempo são reconciliados com a Igreja que feriram pecando, e a qual colabora para sua conversão com caridade, exemplo e orações”⁵.

[Chama-se] “sacramento de:

- *Conversão*, pois realiza sacramentalmente o convite de Jesus à conversão (Mc 1,15), do qual a pessoa se afastou pelo pecado;
- *Penitência*, porque consagra um esforço pessoal e eclesial de conversão, de arrependimento e de satisfação do cristão pecador;
- *Confissão*, porque a declaração, a confissão dos pecados diante do sacerdote é um elemento essencial desse sacramento;
- *Perdão*, porque pela absolvição sacramental do sacerdote Deus concede 'o perdão e a paz';
- *Reconciliação*, porque dá ao pecador o amor de Deus que reconcilia (2Cor 5,20). Quem vive do amor misericordioso de Deus está pronto a responder ao apelo do Senhor (Mt 5,24)”⁶.

“Ora, o apelo de Cristo à conversão continua a soar na vida dos cristãos. Esta **segunda conversão** é uma tarefa ininterrupta para toda a Igreja, que reúne em seu próprio seio os pecadores e que é ao mesmo tempo santa e sempre, na necessidade de purificar-se, busca sem cessar a penitência e a renovação. Este esforço de conversão não é apenas uma obra humana. É o movimento de um 'coração contrito' (Sl 51,19) atraído e movido pela graça (Jo 6,44; 12,32) a responder ao amor misericordioso de Deus que nos amou primeiro (1Jo 4,10)”⁷.

“Conforme o **mandamento da Igreja** 'todo fiel, depois de ter chegado à idade da discipulação, é obrigado a confessar seus pecados graves, dos quais têm consciência, pelo menos uma vez ao ano'. Aquele que tem consciência de ter cometido um pecado mortal não deve receber a Sagrada Comunhão, mesmo que esteja profundamente contrito, sem receber previamente a absolvição sacerdotal, a menos que tenha um motivo grave para comungar e não possa chegar a um confessor. As crianças devem confessar-se antes de receber a Primeira Eucaristia”⁸.

“Muitos pecados prejudicam o próximo. É preciso fazer o possível para reparar esse mal (por exemplo restituir as coisas roubadas, restabelecer a reputação do caluniado). A simples justiça exige isso... A absolvição tira o pecado, mas não remedia todas as desordens que causou. Liberto do pecado, o pecador deve ainda recobrar a plena saúde espiritual. Deve, portanto, fazer alguma coisa a mais para reparar seus pecados: deve 'satisfazer' de modo apropriado ou 'expiar' seus pecados. Esta satisfação chama-se também 'penitência’”⁹.

⁵ CIC 1422.

⁶ CIC 1423-1424.

⁷ CIC 1428.

⁸ CIC 1457.

⁹ CIC 1459.

“A *penitência* imposta pelo confessor deve levar em conta a situação pessoal do penitente e procurar seu bem espiritual... Pode consistir numa **oração**, numa **oferta** em obras de misericórdia, no **serviço** do próximo, em **privações** voluntárias, em **sacrifícios** e principalmente na **aceitação paciente** da cruz que devemos carregar. Elas nos ajudam a configurar-nos com Cristo, que, sozinho, expiou nossos pecados (Rm 3,25; 1Jo 2.1-2) uma vez por todas. Permitem-nos também tornar-nos co-herdeiros de Cristo ressuscitado, 'pois sofremos com ele (Rm 8,17; Trento)’¹⁰.

“A penitência interior do cristão pode ter expressões bem variadas. A escritura e os padres insistem principalmente em três formas: *o jejum, a oração e a esmola* (Tb 12,8; Mt 6,1-18), que exprimem a conversão com relação a si mesmo, a Deus e aos outros. Ao lado da purificação radical operada pelo batismo e pelo martírio, citam, como meio de obter o perdão dos pecados, os **esforços** empreendidos para reconciliar-se com o próximo, as **lágrimas** de penitência, a **preocupação** com a salvação do próximo (Tg 5,20), a **intercessão** dos santos e a **prática** da caridade, 'que cobre uma multidão de pecados (1Pd 4,8)’¹¹.

“Somente os sacerdotes que receberam da autoridade da Igreja a faculdade de absolver podem perdoar os pecados em nome de Cristo”¹².

“Os efeitos espirituais do sacramento da Penitência são:

- a reconciliação com Deus, pela qual o penitente recobra a graça;
- a reconciliação com a Igreja;
- a remissão da pena eterna devida aos pecados mortais;
- a remissão, pelo menos em parte, das penas temporais, seqüelas do pecado;
- a paz e a serenidade da consciência e a consolação espiritual;
- o acréscimo de forças espirituais para o combate cristão”¹³.

“A confissão individual e integral dos pecados graves, seguida da absolvição, continua sendo o único meio ordinário de reconciliação com Deus e com a Igreja”¹⁴.

Bíblia: Confissão a Deus, não a Sacerdotes

Bíblia: Satisfação pelo Pecado através do Sangue de Cristo

¹⁰ CIC 1460.

¹¹ CIC 1434.

¹² CIC 1495.

¹³ CIC 1496.

¹⁴ CIC 1497.

Sacramento da Unção dos Enfermos

“Pela sagrada Unção dos Enfermos e pela oração dos presbíteros, a Igreja toda entrega os doentes aos cuidados do Senhor sofredor e glorificado, para que os alivie e salve. Exorta os mesmos a que livremente se associem à paixão e morte de Cristo e contribuam para o bem do povo de Deus”¹⁵.

“Muitas vezes Jesus pede aos enfermos que creiam (Mc 5,34-36; 9,23). Serve-se de sinais para curar: saliva e imposição das mãos (Mc 7,32-36; 8,22-25), lama e ablução (Jo 9,6-15). Os doentes procuram tocá-lo (Mc 3,10; 6,56), 'porque dele saía uma força que curava' (Lc 6,19). Também nos sacramentos Cristo continua a nos 'tocar' para nos curar”¹⁶.

“O Espírito Santo dá a algumas pessoas o carisma especial de cura (1Cor 12,9.28.30) para manifestar a força da graça do ressuscitado. Todavia, mesmo as orações mais intensas não conseguem obter a cura de todas as doenças... (2Cor 12,9; Cl 1,24)”¹⁷.

“Esta unção sagrada dos enfermos foi instituída por Cristo nosso Senhor como um sacramento do Novo Testamento, verdadeira e propriamente dito, insinuado por Marcos (Mc 6,13; cf. 16,17-18), mas recomendado aos fiéis e promulgado por Tiago, Apóstolo e irmão do Senhor (Tg 5,14-15)”¹⁸.

“Esta assistência do Senhor pela força de seu Espírito quer levar o enfermo à cura da alma, mas também à do corpo, se for esta a vontade de Deus. Além disso, 'se ele cometeu pecados, eles lhe serão perdoados’”¹⁹.

“Pela força deste sacramento o enfermo recebe a força e o dom de unir-se mais intimamente à paixão de Cristo: de certa forma ele é *consagrado* para produzir fruto pela configuração à paixão redentora do Salvador. O sofrimento, seqüela do pecado original, recebe um sentido novo: torna-se participação na obra salvífica de Jesus”²⁰.

“Só os sacerdotes (Bispos e presbíteros) podem administrar o sacramento da Unção dos Enfermos; para conferi-lo, empregam óleo consagrado pelo Bispo ou, em caso de necessidade, pelo próprio presbítero celebrante”²¹.

“[Efeitos da] graça especial do sacramento da Unção dos Enfermos:

- a união do doente com a paixão de Cristo, para seu bem e o bem de toda a Igreja;
- o reconforto, a paz e a coragem para suportar cristãmente os sofrimentos da doença ou da velhice;
- o perdão dos pecados, se o doente não pode obtê-lo pelo sacramento da Penitência;
- o restabelecimento da saúde, se isso convier à salvação espiritual;
- a preparação para a passagem à vida eterna”²².

¹⁵ CIC 1499.

¹⁶ CIC 1504.

¹⁷ CIC 1508.

¹⁸ CIC 1511, citação do Concílio de Trento.

¹⁹ CIC 1520, citando os Concílios de Florença e de Trento, e Tiago 5,15.

²⁰ CIC 1521.

²¹ CIC 1530.

²² CIC 1532.

8) Destino Final: Céu e Inferno – E o Purgatório!?

Indulgências

“A doutrina e a prática das indulgências na Igreja estão estreitamente ligadas aos efeitos do sacramento da Penitência. 'A indulgência é a remissão, diante de Deus, da pena temporal devida pelos pecados já perdoados quanto à culpa, (remissão) que o fiel bem-disposto obtém, em condições determinadas, pela intervenção da Igreja que, como dispensadora da redenção, distribui e aplica por sua autoridade o **tesouro** das satisfações (méritos) de Cristo e **dos santos**. A indulgência é parcial ou plenária, conforme liberar parcial ou totalmente da pena devida aos pecados'. Todos os fiéis podem adquirir indulgências (...) para si mesmos **ou aplicá-las aos defuntos**”²³.

“Pelos indulgências, os fiéis podem obter para si mesmos e também para as almas do Purgatório a **remissão** das penas temporais, conseqüências dos pecados”²⁴.

O Julgamento Particular

“A morte põe fim à vida do homem como tempo aberto ao acolhimento ou à recusa da graça divina manifestada em Cristo. O Novo Testamento fala do juízo principalmente na perspectiva do encontro final com Cristo na segunda vinda deste, mas repetidas vezes afirma também a retribuição, imediatamente depois da morte, de cada um em função de suas obras e de sua fé...”²⁵.

“Cada homem recebe em sua alma imortal a retribuição eterna a partir do momento da morte, num Juízo Particular que coloca sua vida em relação à vida de Cristo, seja por meio de uma purificação, seja para entrar de imediato na felicidade do céu, seja para condenar-se de imediato para sempre”²⁶.

O Céu

“Os que morrem na graça e na amizade de Deus, e que estão totalmente purificados, vivem para sempre com Cristo. São para sempre semelhantes a Deus, porque o vêem 'tal como Ele é' (1Jo 3,2), 'face a face' (1Cor 13,12)”²⁷.

“Por sua Morte e Ressurreição, Jesus Cristo nos 'abriu' o Céu. A vida dos bem-aventurados consiste na posse em plenitude dos frutos da redenção operada por Cristo, que associou à sua glorificação celeste os que creram nele e foram fiéis à sua vontade. O céu é a comunidade bem-aventurada de todos os que estão perfeitamente incorporados a Ele”²⁸.

“Na glória do Céu, os bem-aventurados continuam a cumprir com alegria a vontade de Deus em relação aos outros homens e à criação inteira. Já reinam com Cristo; com Ele 'reinarão pelos séculos dos séculos' (Ap 22,5)”²⁹.

²³ CIC 1471, citando papa Paulo VI (ano 1967).

²⁴ CIC 1498.

²⁵ CIC 1021, citando Lc 16,22; 23,43; 2Cor 5,8; Fl 1,23; Hb 9,27; 12,23.

²⁶ CIC 1022.

²⁷ CIC 1023.

²⁸ CIC 1026.

²⁹ CIC 1029.

Purgatório

“Os que morrem na graça e na amizade de Deus, mas não estão completamente purificados, embora tenham garantida sua salvação eterna, passam, após sua morte, por uma purificação, a fim de obter a santidade necessária para entrar na alegria do Céu.”¹⁰³¹ A Igreja denomina *Purgatório* esta purificação final dos eleitos, que é completamente distinta do castigo dos condenados. A Igreja formulou a doutrina da fé relativa ao Purgatório sobretudo no Concílio de Florença [1439] e de Trento [1545 – 1563]. Fazendo referência a certos textos da Escritura [1Cor 3,15; 1Pd 1,7], a tradição da Igreja fala de um fogo purificador: ‘No que concerne a certas faltas leves, deve-se crer que existe antes do juízo um fogo purificador, segundo o que afirma aquele que é a Verdade, dizendo que, se alguém tiver pronunciado uma blasfêmia contra o Espírito Santo, não lhe será perdoada nem no presente século nem no século futuro (Mt 12,32). Desta afirmação podemos deduzir que certas afirmações podem ser perdoadas no século presente, ao passo que outras, no século futuro.’ [S. Gregório Magno, Dial. 41,3]¹⁰³² Este ensinamento apóia-se também na prática da oração pelos defuntos, da qual já a Sagrada Escritura fala: ‘Eis por que ele [Judas Macabeu] mandou oferecer esse sacrifício expiatório pelos que haviam morrido, a fim de que fossem absolvidos de seu pecado’ (2Mc 12,46). Desde os primeiros tempos, a Igreja honrou a memória dos defuntos e ofereceu sufrágios em seu favor, em especial o sacrifício eucarístico, a fim de que, purificados, eles possam chegar à visão beatífica de Deus. A Igreja recomenda também as esmolas, as indulgências e as obras de penitência em favor dos defuntos: ‘Levemo-lhes socorro e celebremos sua memória. Se os filhos de Jó foram purificados pelo sacrifício de seu pai [Jó 1,5], por que deveríamos duvidar de que nossas oferendas em favor dos mortos lhes levem alguma consolação? Não hesitemos em socorrer os que partiram e em oferecer nossas orações por eles.’ [S. João Crisóstomo, Hom. In 1Cor 41,5]”³⁰.

Bíblia: A Vida Eterna é Presente de Deus

Bíblia: A Salvação é Segura

Bíblia: O Pagamento pelos Pecados foi na Cruz, não Purgatório

³⁰ CIC 1030-1032.

Respostas da Apostila 7 – página 30

“A Bíblia ensina que a consequência espiritual de cada pecado é a pena de morte, separação de Deus (Ez 18.4; Rm 6.23). Isto não significa que todos os pecados são igualmente abomináveis diante de Deus, que os julgará com diferentes graus de rigor (Jo 19.11; Mt 10.15). Jesus ensinou que haverá **graus de punição eterna no inferno** (Lc 12.47-48 [??]).

Jesus ensinou que o pecado de ira traz a mesma punição do homicídio (Mt 5.21-22) e a cobiça sexual a mesma penalidade do adultério”¹.

Os católicos usam o versículo 1Jo 5.17 para distinguir entre pecado mortal e venial, mas o contexto é de combate à heresia do Gnosticismo. “Os cristãos [daquela época] não deveriam orar por aqueles que abraçaram tal heresia, porque não há perdão para aqueles que rejeitaram a única provisão divina de salvação, Jesus Cristo (Hb 6.4-8)”².

“A doutrina católica subestima a seriedade do pecado e de suas consequências, ao ensinar que a maioria dos pecados não são mortais.

Esta é uma mentira muito antiga (Gn 2.17; 3.4)”³.

Respostas da Apostila 7 – página 32

1) “Quando o rei Davi se arrependeu de seu adultério, confessou seu pecado diretamente a Deus, sem sacerdote, sem ritual, sem sacramento; apenas um homem quebrantado perante seu Criador (ver Salmo 32.5). Também Neemias (Ne 1.4-11), Daniel (Dn 9.13-19) e Esdras (Esd 9.5-10) confessaram seus pecados diretamente a Deus. Embora fosse sacerdote, Esdras ensinou o povo de Deus a 'confessar ao Deus de seus pais' (Esd 10.11). Os cristãos também podem [devem] confessar seus pecados diretamente a Deus (**1Jo 1.9; 2.1-2; Hb 4.16**).

A Igreja Católica Romana usa o texto de **Jo 20.22-23** para exigir a confissão de pecados ao sacerdote, através do sacramento de Penitência. Entretanto, Jesus não falava a um grupo de bispos e sacerdotes ordenados, mas aos apóstolos e a vários discípulos. Portanto, não se pode restringir a aplicação deste texto ao clero ordenado”⁴.

2) A Bíblia ensina que o perdão de Deus é completo (**Is 1.18; 1Jo 2.2**).

Respostas da Apostila 7 – página 35

1) “A vida eterna não é uma recompensa, mas uma dádiva imerecida de Deus (Jo 10.28; Ap 21.6; Jo 6.40,47; Rm 5.17; 6.23).

Para justificar a doutrina de que seria uma recompensa merecida, os católico-romanos citam Rm 2.6-8. Neste trecho Paulo diz que “[Deus] retribuirá a cada um **conforme** suas obras’, não **por causa de**’. Isto significa que há uma **correspondência** entre o modo de vida da pessoa e o resultado do julgamento; as boas obras não são **causa** da vida eterna”⁵.

2) “A salvação é segura porque não depende do homem, mas de Deus. O Senhor Jesus o prometeu (Jo 10.28), o Espírito Santo residente no coração do crente o garante (Ef 1.13-14), o Pai o segura em Sua mão (Jo 10.29). A justificação bíblica é uma declaração irreversível de Deus (Rm 8.30-ss; 11.29). As Escrituras declaram que o crente pode saber que tem vida eterna (1Jo 5.11-13). A confiança de um cristão na vida eterna não é presunção, mas fé baseada na Bíblia”⁶.

3) “As Escrituras ensinam que Jesus 'nos libertou dos nossos pecados por Seu sangue' (Ap 1.5). Não mencionam atos de penitência, indulgências ou um lugar como o Purgatório, através dos quais a penalidade do pecado possa ser satisfeita”⁷.

Jó orava em favor de seus filhos enquanto ainda estavam vivos!

O fogo purificador de 1Co 3.9-15 agirá sobre as **obras** de cada um, não suas **almas**.

¹ Adaptado de McCarthy, págs. 84 e 85.

² Idem, págs. 360-361 (nota 96).

³ Idem, pág. 87.

⁴ Idem, págs. 80-83.

⁵ Idem, págs. 100-103.

⁶ Idem, págs. 104-107.

⁷ Traduzido de McCarthy, pág. 107